

ROSIMAR RAMOS FERREIRA

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PARANÁ
1970 – 2000

Trabalho apresentado para conclusão do Curso
de Ciências Econômicas da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Fernando Motta Correia

CURITIBA

2010

ROSIMAR RAMOS FERREIRA

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PARANÁ
1970 – 2000

Trabalho apresentado para conclusão do Curso de
Ciências Econômicas da Universidade Federal do
Paraná.

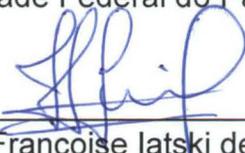
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fernando Motta Correia – Orientador
Universidade Federal do Paraná



Prof. Ms. Dayani Cris de Aquino
Universidade Federal do Paraná



Prof. Ms. Françoise Iatski de Lima
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA

2010

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as principais características e conseqüências do processo de urbanização brasileiro, dando destaque a análise de alguns indicadores de desenvolvimento urbano do estado do Paraná entre as décadas de 1970-2000.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Extrato municipal (população) – Decomposição demográfica dos municípios paranaenses: 1970 – 2000 %.....	13
TABELA 2 – Extrato Municipal (População) Pobreza nos municípios paranaenses %	15
TABELA 3 – Extrato Municipal (População) Domicílios com água canalizada rede geral %	16
TABELA 4 – Extrato Municipal (População) Domicílios com iluminação elétrica% ..	16
TABELA 5 – Extrato Municipal (População) IDH – média das cidades	17

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 ELEMENTOS CONCEITUAIS	8
1.1 Conceitos básicos: urbanização.....	8
1.2 O desenvolvimento urbano	9
2 ANÁLISE DOS DADOS PARA OS MUNICÍPIOS PARANAENSES	12
2.1 Urbanização Paranaense – concentração e esvaziamento	12
2.2 Indicativos do desenvolvimento urbano	15
3 PROCESSO E PERFIL DA URBANIZAÇÃO – BRASIL – PARANÁ	18
3.1 Brasil – histórico e características.....	18
3.2 Paraná – Urbanização e formação do espaço	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

O processo de formação dos centros urbanos tem como característica principal a urbanização, ou seja, o processo de deslocamento das populações rurais para as zonas urbanas. Nos países europeus, esse fenômeno tem seu início no século XIX, enquanto que no Brasil é um processo um tanto quanto recente, e devido ao seu início tardio se deu de forma rápida e intensiva.

O Brasil é um país com uma população que em sua maioria reside em centros urbanos ou em suas proximidades. Um fato que deve ser considerado é as consequências que o processo de urbanização pode desenvolver. Embora o problema não seja exclusivamente brasileiro, no nosso caso, existe uma grande disparidade entre o número de pessoas que buscam viver em centros urbano e capacidade instalada que os recebe. Os efeitos da urbanização podem ser mais ou menos visíveis de acordo com a região que analisamos.

Para as regiões em que o intenso processo de urbanização não desenvolveu capacidade de absorção da população se torna mais evidente o resultado da ocupação desordenada:

- falta de empregos suficientes
- habitação precária, ou inexistência de habitação
- carência de infra-estrutura
- ausência de transporte público
- concentração da renda

Para este trabalho será feita uma análise das principais características e consequências do processo de urbanização brasileiro, dando destaque a alguns indicadores de desenvolvimento urbano do estado do Paraná entre as décadas de 1970-2000. Este trabalho está dividido em três seções. No primeiro capítulo, "Teorias Urbanas de Planejamento", é apresentada uma revisão sobre a urbanização mundial e as estratégias adotadas nesse período.

Na segunda seção, foi feita uma análise sobre a situação do Paraná entre as décadas de 1970 a 2000, apresentando a evolução da habitação total, e da urbana em relação a rural. Nesta seção também será apresentado um exame de alguns

indicativos de desenvolvimento urbano; pobreza, domicílios com água canalizada, domicílios com energia elétrica e o IDH dos municípios paranaenses.

Já na terceira seção, será descrito o processo de urbanização ocorrido no Brasil, os principais acontecimentos e finalizamos a seção abordando o caso do Paraná.

E por último será apresentado o tópico das conclusões e considerações finais.

1 ELEMENTOS CONCEITUAIS

O objetivo desse capítulo é caracterizar o processo de urbanização no mundo contemporâneo. Na primeira seção será definido o conceito de urbanização para na segunda ser explorado seu desenvolvimento.

O fluxo migratório, em busca de maiores salários e melhores condições de vida, é o que vem favorecendo o crescimento de algumas cidades nas últimas décadas, sendo que suas taxas de urbanismo apresentam-se estabilizadas em torno de 80%. A população mundial, entre as décadas de 1900 a 1990 multiplicou-se por 3,3, passando de 1.600 milhões para 5.300 milhões de habitantes, o nível de urbanização aumentou em torno de 4,5 vezes, passando de 9,2% para 42%.

1.1 Conceitos básicos: urbanização

Segundo Polese (1998) “A palavra “urbanização” designa a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade cada vez mais urbanizada. Designa também o crescimento mais rápido das populações urbanas relativamente às populações rurais”.

Ainda segundo Polese (1998)

A relação entre urbanização e desenvolvimento econômico, pelo menos no sentido desenvolvimento econômico → urbanismo, faz parte das exceções. A urbanização é uma consequência incontornável do desenvolvimento econômico e nenhum país escapou, até hoje, a esta “lei”. O salário maior oferecido pelos empregos nas áreas urbanas provoca um aumento nos movimentos de migração do campo para a cidade e enquanto os rendimentos forem maiores a situação não tende a mudar.

Segundo Corrêa¹ (2000, *apud* Santos, 2009 p.180) o espaço urbano pode ser caracterizado como abaixo:

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais

¹ CORRÊA, A. L. O espaço urbano. 4ª. edição, 2ª. reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

1.2 O desenvolvimento urbano

O desenvolvimento da economia capitalista depositou nas cidades as forças de construção e transformação do espaço urbano, agindo sobre um complexo cenário de mutação. O crescimento das metrópoles capitalistas devido à crise da classe burguesa e a transferência da classe trabalhadora para os centros das cidades foram os acontecimentos que antecederam as teorias urbanísticas da sociedade na Europa, suas colônias e ex-colônias.

Em geral, o processo de formação de centros urbanos é uma consequência da industrialização. A infra-estrutura urbana e a concentração da renda são fatores que juntamente com a concentração da população em pontos estratégicos caracterizam o processo de desenvolvimento. Segundo Lodder (1977) “Sua principal característica é a deficiência em todos os sentidos, mas neste caso a solução está equacionada e o problema passa a ser apenas uma questão de ênfase e de prioridade por parte da política oficial e de uma melhor disponibilidade de recursos para investimento concentrados nos serviços considerados prioritários pela política”.

Segundo Roberto Luis Monte-Mor (2010), dois casos se destacaram neste início da urbanização, o primeiro é o caso de Barcelona, projetada por Ildefons Cerda, que demoliu as muralhas da cidade e projetou sua extensão para além delas, um projeto arrojado na infra-estrutura sanitária, no sistema viário e no desenho de quarteirões integrados ao espaço urbano em praças internas. Um segundo caso de destaque é a experiência do Barão Georges-Eugene Haussmann em Paris, “... projetou e implantou o que é considerado o primeiro plano regulador para uma metrópole moderna... demolindo e construindo milhares de casas, implantando infra-estrutura e parques, abrindo grandes avenidas e dando à área central da cidade o sentido majestoso e a organização administrativa” (Monte Mor, 2000). O plano de

Hausmann foi visto na época, como arbitrário e de caráter autoritário expressando a forte intervenção do Estado sobre a metrópole.

As influências de Hausmann e outros engenheiros e urbanistas se expandiram pela Europa e América e entre as principais correntes urbanistas podemos destacar a corrente “progressista”, a “culturalista”, a “naturalista” de origem norte-americana, o “organicismo” e a “abordagem ecológica”. A arquitetura moderna brasileira e o urbanismo progressista, representado na capital federal, consolidam o Brasil em um período caracterizado pela industrialização pela substituição de importações.

Segundo KOWARICK² (1998, *apud* Alquimim, 2006 p. 11) as cidades podem ser definidas como:

Lócus da produção de consumo, aí incluídos não só habitação – mas também redes viárias, de água, esgoto e demais serviços coletivos, não esquecendo a terra urbana suporte material que recebe essas e outras benfeitorias – passam a acirrar na atualidade, formas de segregação socioeconômicas marcantes. Nelas contrastam, de maneira radical, as restritas áreas privilegiadas, destinadas aos extratos de médio e alto poder aquisitivo, com as imensas zonas onde se avolumam os trabalhadores que não podem pagar o preço de um progresso apoiado na exclusão social e econômica daqueles que levam diante as engrenagens econômicas.

As conseqüências da urbanização são desafios que os países têm freqüentemente de se confrontar. A concentração urbana demanda um aumento no planejamento do espaço urbano-regional e seus principais desafios. O ritmo de crescimento da urbanização, muitas vezes excede os níveis de adaptação de uma cidade. Nem sempre é possível fazer crescer a oferta no mesmo patamar da demanda.

O processo acelerado de urbanização por qual passaram vários países e eventos históricos como a II Guerra Mundial e a Revolução Industrial exigiram esforços para reafirmar o pacto do progresso e da modernidade, o movimento foi chamado de City Beautiful por Foglesng, entre as tentativas de embelezamento das cidades pode ser destacada a de redução do crescimento das zonas urbanas anexando subúrbios aos grandes centros. No Brasil, a intervenção do Estado limitou-se à organização da população trabalhadora atraída pelas oportunidades de trabalho.

² KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo, ed 34. 2000.

A habitação é elemento fundamental para o desenvolvimento da força de trabalho urbana. Quando esta se vê privada de moradia procura por soluções alternativas. As manifestações mais visíveis são as favelas. Esses bairros espontâneos são uma das mais sérias conseqüências da difícil transição rural – urbana.

O aumento da demanda dos trabalhadores por habitação e o seu deslocamento para as periferias aumentam a importância do sistema de transportes urbano. “a habitação elemento fundamental para a reprodução da força de trabalho e transporte público, requerimento central para acesso ao trabalho.” (Monte-Mor, 2000).

No próximo capítulo será apresentada a análise dos dados para o estado do Paraná para uma melhor compreensão do deslocamento populacional.

2 ANÁLISE DOS DADOS PARA OS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Nesta etapa será dado início ao estudo da urbanização no estado do Paraná analisando os dados disponibilizados pelos levantamentos censitários realizados pelo IBGE entre as décadas de 1970 e 2000, buscando coletar elementos que ajudem a analisar as conseqüências do fenômeno de deslocamento da população rural para os centros urbanos ocorrido nas décadas analisadas.

O capítulo será dividido em duas seções; na primeira será feita a verificação do aumento da população urbana em função do fenômeno de concentração e de esvaziamento, e na segunda, a análise de alguns indicativos de desenvolvimento urbano; pobreza, domicílios com água canalizada, domicílios com energia elétrica e o IDH dos municípios paranaenses.

A fim de mensurar a composição demográfica dos municípios, estes foram decompostos em extratos de acordo com a população residente total. Pode-se observar estes dados na tabela 1, que apresenta o extrato municipal da população decomposto demograficamente segundo o número de habitantes.

2.1 Urbanização Paranaense – concentração e esvaziamento

Na década de 1970 a população total do Paraná era de 6.929.821 habitantes, sendo que estava distribuída em sua maioria nas zonas rurais das cidades. Como mostra a tabela 1, para os municípios com até 100 mil habitantes a população era predominantemente rural, já para as cidades acima de 100 mil habitantes havia uma população urbana predominante. Podemos destacar que na composição dos extratos, apenas a capital, Curitiba, foi enquadrada no extrato que considera municípios acima de 500 mil habitantes e sua população rural em 1970 era de 4,01%. Na década de 80 a população de Curitiba superou a marca de 1 milhão de habitantes, todos concentrados na área urbana, apresentando um índice de crescimento populacional de 0,68%. (IPEA, 2010)

TABELA 1 – Extrato municipal (população) – Decomposição demográfica dos municípios paranaenses: 1970 – 2000 %

	1970			1980			1991			2000		
	Pop total	Pop Urbana	Pop rural	Pop total	Pop Urbana	Pop rural	Pop total	Pop Urbana	Pop rural	Pop total	Pop Urbana	Pop rural
até 10 mil habitantes	7,96	21,92	78,08	8,02	39,15	60,85	7,58	54,25	45,75	8,44	62,66	37,34
de 10 mil até 50 mil	60,37	24,21	75,79	47,05	41,53	58,47	38,82	56,84	43,16	32,27	69,27	30,73
de 50 mil até 100 mil	12,77	37,63	62,37	15,48	62,83	37,17	12,96	77,48	22,52	14,26	86,24	13,76
de 100 mil até 500 mil	10,12	64,61	35,39	15,98	80,25	19,75	24,35	90,93	9,07	26,59	95,66	4,34
acima de 500 mil	8,79	95,99	4,01	13,47	100,00	0,00	16,28	100,00	0,00	18,42	100,00	0,00

Fonte: IPEADATA – Elaboração do autor (2010)

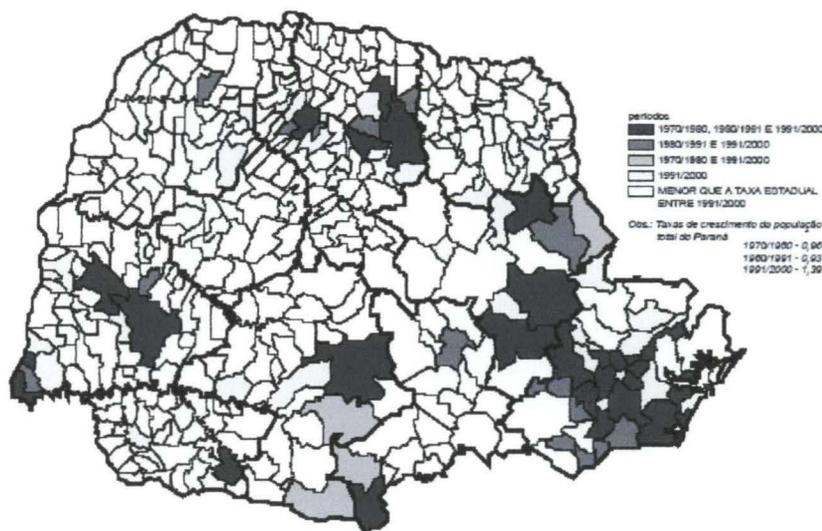
Na análise da tabela 1, pode-se verificar que para todos os extratos algo que se encontra em comum é a diminuição da população rural e o aumento da população urbana. Pode-se destacar a diminuição da representatividade das cidades com até 50 mil habitantes enquanto que a concentração aumentou nas cidades acima de 100 mil habitantes a qual apresentava também o maior índice de redução da população rural. Para os municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes a população rural que em 1970 era de 35,39% da população total, apresenta índice em 2000 de 4,34%. Considerando a população total, verifica-se um aumento de 24% na população total residente no estado do Paraná entre as décadas analisadas, alcançando a marca de 8.617.286 habitantes em 2000.

O processo de urbanização paranaense é caracterizado por uma rápida e intensa movimentação. Moura (2004, p. 34) analisa o processo de urbanização paranaense utilizando a participação dos setores na economia.

As atividades do setor primário que, em 1970, respondiam por mais de 40% da renda gerada no Estado, progressivamente passaram a ser superadas pelas do setor secundário, que consolidaram sua participação, atingindo, no ano 2000, metade dessa renda. Nesse ano, o setor primário respondeu por apenas 13,7% do valor adicionado fiscal paranaense. Porém, manteve um papel relevante, dada a dinâmica multiplicadora em toda a cadeia produtiva.

Esta rápida e intensa urbanização do Estado do Paraná, não é caracterizada apenas pela entrada de imigrantes de outros estados, e sim, esse crescimento da população se expressou no deslocamento entre os municípios. Pode-se observar

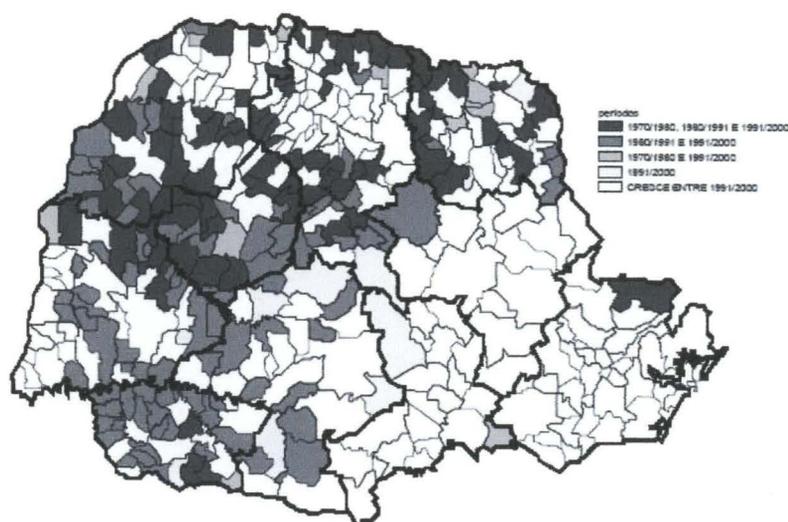
nos mapas 1 e 2 as áreas de concentração e as áreas de esvaziamento do estado paranaense.



Mapa 1 – Áreas de concentração – crescimento da população total superior ao do estado – Paraná - 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000.

FONTE: IBGE - Censo Demográfico; IPARDES - Tabulações Especiais – BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997.

No mapa 1 é possível observar que a população paranaense tende a se concentrar na região leste do estado, com algumas exceções para algumas áreas centrais e do oeste. Enquanto no mapa 2 pode-se observar que as áreas de esvaziamento são maiores e tem um destaque visível em relação as áreas de concentração. A população do norte paranaense tende a se deslocar do interior do estado para as regiões mais próximas ao litoral, característica de concentração da população herdada da colonização. As regiões de concentração recebem população de uma área, que ao ser observada no mapa, demonstra ser aproximadamente três vezes maior.



Mapa 2 – Áreas de esvaziamento – taxas negativas de crescimento da população total – Paraná - 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000.

FONTE: IBGE - Censo Demográfico; IPARDES - Tabulações Especiais – BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997.

2.2 Indicativos do desenvolvimento urbano

Ainda, segundo os dados do levantamento censitário, pode-se analisar a tabela 2, e a situação de pobreza nos municípios paranaenses. Os índices de pobreza são definidos pelo percentual de pessoas com renda familiar *per capita* inferior a 50% do salário mínimo. Alguns importantes aspectos a serem considerados são os índices dos extratos de municípios acima de 500 mil habitantes, como já citado formado apenas por Curitiba, o índice de pobreza diminui 67% entre as décadas de 1970 e 1980 e depois teve pequenas oscilações. O maior percentual do componente pobreza se concentra nos extratos com até 50 mil habitantes, é observado para a faixa de até 10 mil habitantes índice de 33% e para a faixa que compreende de 10 mil até 5 mil 32% para o ano de 2000.

TABELA 2 – Extrato Municipal (População) Pobreza nos municípios paranaenses %

	1970	1980	1991	2000
até 10 mil habitantes	85	52	58	33
de 10 mil até 50 mil	82	50	55	32
de 50 mil até 100 mil	75	37	40	20
de 100 mil até 500 mil	61	26	29	17
acima de 500 mil	30	10	13	9

Fonte: IPEADATA – Elaboração do autor (2010)

Um importante aspecto componente do processo de urbanização que deve ser considerado é a infra-estrutura básica que atende os domicílios. Ao analisar as tabelas 3 e 4 pode-se verificar os índices de domicílios com iluminação elétrica e com água canalizada. O percentual dos domicílios com água canalizada e energia elétrica varia proporcionalmente ao número de habitantes. Em 2000 a faixa de até 10 mil habitantes apresentava um índice 69,72% de domicílios com água canalizada e 95,79% com iluminação elétrica, enquanto os municípios acima de 500 mil habitantes apresentavam índices de 96,92% e 98,16% para água canalizada e iluminação elétrica, respectivamente.

TABELA 3 – Extrato Municipal (População) Domicílios com água canalizada rede geral %

	1970	1980	1991	2000
até 10 mil habitantes	8,01	23,11	52,24	69,72
de 10 mil até 50 mil	10,73	24,98	52,32	72,97
de 50 mil até 100 mil	15,00	38,05	70,33	85,84
de 100 mil até 500 mil	35,31	56,65	80,00	90,89
acima de 500 mil	47,55	80,92	92,88	96,92

Fonte: IPEADATA – Elaboração do autor (2010)

Pode-se observar nas duas tabelas um crescimento gradual dos índices de estrutura básica.

TABELA 4 – Extrato Municipal (População) Domicílios com iluminação elétrica%

	1970	1980	1991	2000
até 10 mil habitantes	16,90	48,48	90,12	95,79
de 10 mil até 50 mil	20,88	47,15	85,33	94,57
de 50 mil até 100 mil	28,20	66,23	90,51	97,03
de 100 mil até 500 mil	55,33	78,56	93,82	97,85
acima de 500 mil	90,23	94,97	95,89	98,16

Fonte: IPEADATA – Elaboração do autor (2010)

Outro importante elemento enquadrado nesta proposta de apresentação da urbanização paranaense é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios paranaenses. Em 2000 o IDH do Paraná foi de 0,787, superior ao índice do Brasil que foi de 0,772, ocupando a 6ª posição no ranking nacional. Pode-se

observar os resultados para todo o estado na tabela 5 que apresenta os números do IDH decomposto para os extratos em estudo.

TABELA 5 – Extrato Municipal (População) IDH – média das cidades

	1970	1980	1991	2000
até 10 mil habitantes	0,46	0,565	0,603	0,738
de 10 mil até 50 mil	0,392	0,586	0,622	0,745
de 50 mil até 100 mil	0,434	0,654	0,707	0,782
de 100 mil até 500 mil	0,502	0,705	0,756	0,798
acima de 500 mil	0,713	0,76	0,819	0,856

Fonte: IPEADATA – Elaboração do autor (2010)

Segundo os dados da tabela 5 o IDH paranaense é caracterizado por uma elevação nas últimas décadas. É possível verificar que o índice esta bem próximo ao índice brasileiro no ano de 2000. Apresentando números superiores para os extratos acima de 50 mil habitantes e números inferiores, mais bem próximos do índice nacional para os extratos menores. Curitiba apresenta um IDH de 0,856 no ano de 2000.

Neste capítulo, foi abordada a composição demográfica do Paraná. Com a análise dos dados obtidos dos levantamentos censitários do IBGE, verificamos que nas últimas décadas o Estado apresentou um acelerado crescimento da população em regiões urbanas. A análise partiu da decomposição da população de acordo com o número de habitantes. No exame dos dados podemos verificar que os índices apresentados variam de forma semelhante para todos os extratos populacionais com pequenas discrepâncias para alguns extratos.

No próximo capítulo será apresentada uma discussão acerca do perfil de urbanização do Brasil e também no Paraná.

3 PROCESSO E PERFIL DA URBANIZAÇÃO – BRASIL – PARANÁ

Nas últimas décadas, o Brasil vem passando por um período de acelerada mudança na sua estrutura urbana. O objetivo desse capítulo é caracterizar o processo de urbanização ocorrido no Brasil e especificamente no estado do Paraná analisando o período compreendido entre as décadas de 1970 e 2000.

O capítulo será dividido em duas seções, na primeira, será abordado o comportamento da urbanização do Brasil e na segunda o foco será transferido para o estado do Paraná e seus municípios.

3.1 Brasil – histórico e características

O processo de urbanização brasileiro é caracterizado pela rapidez com que aconteceu, enquanto que na Europa esse processo foi impulsionado pela Revolução Industrial no século 18, no Brasil ele só se acentuou a partir da intensificação da industrialização em 1950. Em 1940 a população urbana brasileira era formada por 31,2% do total de habitantes, em 1970 essa porcentagem já alcançava 55,9%. Três décadas depois, a população brasileira urbana ocupa 81,2% da população total.³

O crescimento das taxas de urbanização da população brasileira é marcado pela diminuição da população das cidades pequenas, evidenciado pelo aumento das grandes cidades e pelo surgimento cada vez mais constante das cidades médias. No próximo tópico vamos abordar o perfil da urbanização brasileira e definir alguns conceitos, como o termo metrópole e região metropolitana.

³IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br
Acessado em: 03/12/2010.

3.1.1 Histórico

Nesta seção serão destacados alguns fatos que marcaram o processo de urbanização no Brasil e contribuíram para sua ocorrência.⁴

- A cafeicultura (a partir de 1850), ajudou a promover a urbanização no Rio de Janeiro e em São Paulo, deu início ao processo de industrialização no país.
- Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945), primeiras medidas buscando a industrialização do país.
- O governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), implantação da indústria automobilística.
- Explosão demográfica, entre os anos de 1940-1970.

Para Alquimim, (2006:12) esse período pode ser definido como:

Neste contexto, muito embora a urbanização no Brasil tenha se iniciado no século XIX, foi a partir de 1930 que ocorreu a intensificação do processo de urbanização no país. Em paralelo, presencia-se a passagem de um modelo econômico agroexportador para um modelo de desenvolvimento nacional urbano industrial.

3.1.2 Características da urbanização

O aumento da rede urbana e o crescimento populacional, em geral, são marcados pela forte desigualdade, entre regiões, estados e municípios. Podemos perceber essa desigualdade observando as características de ocupação da colonização, que se movimentou do litoral para o interior. As regiões litorâneas, Nordeste, Sul e Sudeste apresentam alta concentração populacional, ao contrário das regiões Norte e Centro-oeste. Os fatores principais que influenciam essa heterogeneidade são a localização do poder e a centralização das atividades

⁴IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br
Acessado em: 03/12/2010.

econômicas. Villaça⁵ (2003, apud Santos, 2009 p.180) ao discorrer sobre a urbanização brasileira afirma que:

A cidade brasileira é hoje o país. O Brasil está estampado nas suas cidades. Sendo o país, elas são a síntese das potencialidades, dos avanços e também dos problemas do país. Vamos falar dos problemas. Nossas cidades são hoje o *locus* da injustiça social e da exclusão brasileiras. Nela estão a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento à saúde, as más condições de habitação e transporte e o meio ambiente degradado. Essa é a nova face da urbanização brasileira.

O acelerado processo de urbanização ocorrido no Brasil, não desenvolveu meios de atender a população que se deslocava do campo para a cidade, o posicionamento dos estados condicionou o surgimento de grandes aglomerações urbanas, marcadas pela segregação sócio-espacial e por anomalias urbanas. As concentrações urbanas e econômicas polarizadas em uma grande região com urbanização desenvolvida são denominadas metrópoles. São exemplos de metrópoles cidades que se destacam por centralizar o poder econômico de uma determinada região, no Brasil são metrópoles nacionais, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Na tentativa de diminuir as aglomerações nos centros urbanos foram criadas as regiões metropolitanas. Em 1973 foram implantadas oito regiões metropolitanas no Brasil, em 1974 a cidade do Rio de Janeiro também passou a fazer parte desse grupo. Estas regiões correspondem a um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infra-estrutura comum.⁶

Por Soares (2006, apud Santos, 2009 p.179)⁷, a urbanização brasileira é tratada sob uma nova visão, a importância das cidades médias na sustentação da rede urbana.

⁵ VILLAÇA, F. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org) Urbanização Brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003

⁶ Definição segundo o Condresso Nacional retirada do site: <http://www.slideshare.net/ProfessorHerculesAvancini/urbanizacao-do-brasil-ii>

⁷ SOARES, P. R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. B. SOBARZO, O. (Orgs). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento)

Na contemporaneidade da urbanização brasileira, verifica-se um amplo processo de reestruturação caracterizado pela “explosão” das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais, continentes de novas territorialidades dos grupos sociais. Na escala intra-urbana, o fenômeno da “dispersão urbana” está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidade e novas periferias. Na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território.

As cidades médias podem ser caracterizadas como uma segunda opção para aqueles que não encontram um lugar nas grandes cidades, essas cidades vêm ao longo se sua formação absorvendo o excedente populacional das grandes cidades. Adaptaram sua estrutura para atender a crescente demanda por serviços e tem domínio sobre os aspectos locais da região. Para esse trabalho vamos adotar o número entre 100 mil e 500 mil habitantes para definir a população das cidades médias.

Partindo desta última definição podemos verificar que a urbanização não é um simples processo de deslocamento da população do campo para as cidades, e sim um complexo sistema de concentração de população que demandam serviços, e raramente encontram cidades que estão adaptadas a suprirem suas necessidades de moradia, infra-estrutura e transporte entre tantas outras. O processo de urbanização trouxe consigo a formação de metrópoles, regiões metropolitanas e cidades de todos os tamanhos que buscam seu desenvolvimento econômico e social.

Na próxima seção, será abordado o caso do Paraná no processo de urbanização.

3.2 Paraná – Urbanização e formação do espaço

A urbanização do estado do Paraná não foi diferente do restante do Brasil, rápida e intensiva. A população paranaense está dividida entre seus 399 municípios, distribuídos numa área de 199.880 km. Em 1970 a população do estado era de 6.929.821 milhões de habitantes, sendo que o espaço urbano concentrava 36% desta população. No decorrer dos anos, podemos visualizar um crescente processo

migratório do campo em direção aos centros urbanos. No ano de 2000 a população urbana já alcançava níveis duas vezes maiores que em 1970. Dos 8.617.286 milhões de habitantes do Estado do Paraná 7.222.414 milhões, 84% residiam nos centros urbanos paranaenses. Pode-se observar no gráfico 1, o crescimento da população do Paraná. É possível verificar um aumento da população total do estado do Paraná e caracterizar esse aumento como um aumento da população urbana. A população urbana que até 1970 era menor que a população rural, passa a apresentar concentrações maiores da população urbana em detrimento da rural. Em 2000 a população urbana apresenta índices aproximadamente quatro vezes maiores que a população rural.

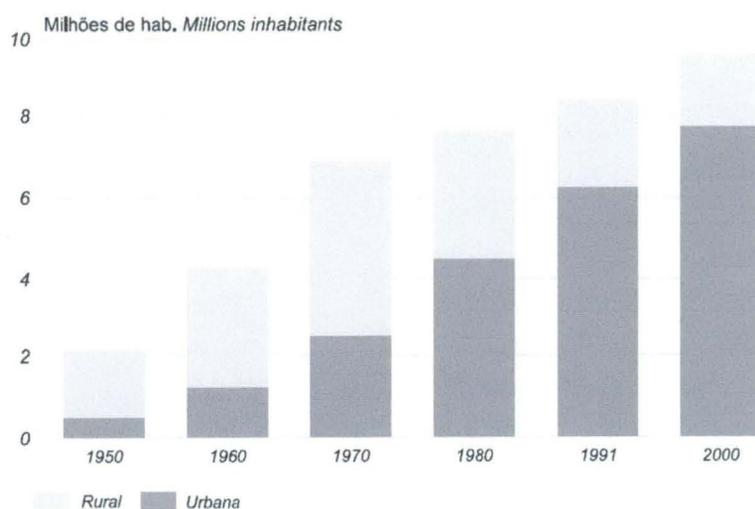


Gráfico 1 – População total – Paraná – 1950/2000
 FONTE: IBGE – Censo demográfico

Moura, utilizando dados do IPARDES (2003), expressa esse crescimento da seguinte forma:

Entre os municípios, esse crescimento populacional se expressou na configuração de espacialidades de concentração e de esvaziamento. Num extremo, criou aglomerações que conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80). Noutra extremo, um grande número de municípios vem apresentando contínuo decréscimo de população. Entre 1970/1980, 169 municípios paranaenses perderam população; entre 1980/1991, esse número se elevou para

185; e entre 1991/2000 já eram 203 municípios perdendo moradores (IPARDES, 2003).

Ainda segundo a autora “Nos municípios que cresceram, o processo de ocupação do solo, sob a lógica da mercantilização da terra e da moradia, abriu espaço ao mercado informal de habitação. Favelas ocupações e loteamentos irregulares adentraram áreas ambientalmente vulneráveis, tornando ainda mais instável a vida das populações obrigadas a essa condição de moradia.” (Moura, 2003).

O problema da moradia não se resolve apenas com a construção de um abrigo, pois sua solução exige a provisão dos serviços básicos de infra-estrutura: água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem e transporte urbano. Como resultado as famílias pobres buscam soluções alternativas para resolver o seu problema de moradia – invasões e ocupações de áreas urbanas insalubres e inseguras, uso de materiais precários e inadequados, autoconstrução.

A intensa urbanização paranaense não foi acompanhada por investimentos que sustentassem os impactos desse movimento populacional. A falta de infra-estrutura e serviços que atendessem a demanda crescente fez a condição de pobreza se intensificar cada vez mais. Não existiam ofertas de trabalho, a população era privada de serviços básicos como saúde, saneamento, educação e transporte. Mesmo os municípios que apresentavam os melhores índices de IDH-M, apresentavam as maiores concentrações de populações vulneráveis.⁸

O crescimento populacional passa a formar aglomerações compostas por municípios cada vez mais populosos. Em 1973 foi implantada a primeira região metropolitana do Paraná, formada por Curitiba e municípios no seu entorno. De acordo com Oliveira, “Entre 1970 e 2000, a região metropolitana de Curitiba esteve próxima a triplicar sua população, com quase um milhão de novos moradores. Mesmo no interior do Paraná essa pressão ocorreu. Os municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, entre outros, obtiveram significativas ampliações populacionais”.

⁸ Região composta pelos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e as aglomerações urbanas em volta de Curitiba.

Nessa rede urbana que vem se consolidando ao longo dos anos se destacam as aglomerações. Contudo, também é reforçada a importância de alguns centros isolados, correspondendo exatamente aos pólos e subpólos regionais do interior, demarcando as rotas das principais rodovias paranaenses. Tais estruturas são responsáveis por contrabalançar a concentração na RMC com uma importante rede urbana na qual sobressai a aglomeração no Norte Central, que reúne um conjunto expressivo de municípios em torno de dois grandes centros, Londrina e Maringá; conformam um importante eixo que articula vários municípios do Oeste a Cascavel e Foz do Iguaçu; e também vêm garantindo que vários dos demais tradicionais pólos do Estado persistam como referências regionais.

Conforme os dados obtidos para o estado do Paraná, o número de cidades que apresentavam população entre 100 mil e 500 mil habitantes mais que duplicou sua representatividade no total da população. Na década de 70 apenas as cidades de Guarapuava, Umuarama, Maringá, Ponta Grossa e Londrina pertenciam a esse grupo. Três décadas depois o número de cidades dobrou. Umuarama perdeu parte da população e deixou o grupo, Apucarana, Paranaguá, Colombo, São José dos Pinhais, Cascavel e Foz do Iguaçu, agora fazem parte do extrato da população paranaense com população concentrada na faixa que determinamos para a concentração de cidades médias.

De um modo geral, o resultado da urbanização no Paraná, expressa uma distribuição da população com áreas de concentração e esvaziamento dos municípios. Os grandes centros regionais juntamente com a região metropolitana de Curitiba concentram grande parte da atividade econômico e social, porém devido à intensa e mal distribuída ocupação do solo, apresenta regiões periféricas densamente habitadas e mais expostas aos problemas socioeconômicos.

No próximo capítulo serão abordadas as conclusões e considerações finais acerca do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi apresentar as características e conseqüências do processo de urbanização no Brasil priorizando a análise de alguns indicadores de desenvolvimento do Estado do Paraná entre as décadas de 1970-2000.

O aumento da rede urbana e o crescimento populacional trouxeram a tona conceitos antes não discutidos, como a definição de região metropolitana e metrópoles. Quanto a definição de cidades médias, esta pode variar de acordo com o autor, para o presente trabalho definimos como cidade média aquelas que apresentam população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

O processo de urbanização revelou ser uma sistemática complexa e heterogênea. Ao analisarmos os dados apresentados no capítulo 2, chegamos a conclusão que o Paraná parece ter se adaptado bem à urbanização, mas conforme evoluímos nos estudos verificamos que entre os dados positivos analisados, é entre as regiões que apresentam as melhores condições sociais que estão as populações mais vulneráveis. O processo de urbanização tem um caráter excludente, deixando à margem do processo as classes mais pobres.

A heterogeneidade dos municípios paranaenses impõe que para cada município as desigualdades, conseqüências da urbanização, sejam tratadas dentro de suas complexidades territoriais. Dentro de um quadro amplo de efeitos da urbanização podemos destacar aqueles que se fazem mais visíveis, como a insuficiência da oferta de emprego, a ausência de moradias que apresentem infraestrutura básica para o atendimento da crescente demanda e a concentração de renda intensificando o processo excludente da região urbana.

Não é pelo fato de ser um movimento que não teve seu início marcado por um episódio inicial, que as características do processo de urbanização devem ser julgadas, como acontecimentos imprevisíveis. As conseqüências desse processo se fizeram drásticas devido à falta de preparação das regiões e o inadequado recebimento pelas zonas urbanas das populações que buscavam melhores condições de vida nas cidades, atraídas por salários mais altos e uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALQUIMIM, Bruno Braga. Política Habitacional no Brasil, Processo de Urbanização e o Déficit Habitacional. Niterói, RJ, 2006.

AMARAL, Sonia Burmester, MENDONÇA, Francisco de Assis. Recursos Hídricos E Urbanização: A Problemática Da Rmc/Curitiba-Pr. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br
Acessado em: 03/12/2010.

IPARDES, Paraná Diagnóstico Social e Econômico. Disponível em:
http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/diagnostico_relatorio.pdf. Acessado em:
03/12/2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 24/03/2010.

LODDER, Celsius A. O Processo de Crescimento Urbano no Brasil, In: Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1977.

Mapa da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em http://www.mapa-brasil.com/Mapa_Regiao_Metropolitana_Curitiba_Brasil.htm. Acessado em:
03/12/2010

MONTE-MOR, Roberto Luís. As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper35.pdf>. Acesso em:
24/04/2010.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização, R.RA E GA, Curitiba, n. 8, p. 33-44, Editora UFPR, 2004.

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas, Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NORTH, Douglas C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: Schwartzman, J. Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

OLIVEIRA, Anderson Luiz. Políticas públicas, urbanização e desenvolvimento regional endógeno – caso do Paraná. Disponível em: http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a2_038.pdf. Acesso em 05/08/2010.

POLESE, M. Economia Regional e Urbana: Lógica espacial das transformações econômicas, IERU: Coimbra, 1998.

[sala_de_aula/geografia/geografia_do_brasil/quadro_humano/brasil_urbanização](#).

Acesso em: 10/05/2010.

SANTOS, Cilícia Dias dos. A formação e Produção do Espaço Urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira, Taubaté, SP, G&DR – v. 5, n. 1, p. 177-190, 2008.